



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

PROJETO DE LEI Nº 312 DE 2020

AUTORIA: DEPUTADA JOANA DARC

Dispõe sobre a permanência e circulação de animais nas áreas de lazer, esporte e logradouros públicos.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS DECRETA:**

Art. 1º Fica sob a responsabilidade do tutor de animal a permanência e circulação de animais nas áreas de lazer, esporte e logradouros públicos, no Estado do Amazonas, em condições apropriadas de alojamento, alimentação, saúde, higiene e bem-estar.

Parágrafo único Deve também o tutor zelar pela remoção dos dejetos por eles deixados nas vias públicas ou propriedades particulares próprias e alheias, bem como pela segurança do animal e de outros animais ao seu entorno, além da segurança de outras pessoas no local.

Art. 2º É permitida a permanência e circulação de animais nas áreas de lazer, esporte e logradouros públicos, do Estado do Amazonas, desde que seus donos:

I - os conduzam amarrados com guia e peitoral; e

II - tragam consigo os equipamentos necessários para recolher eventuais excretas desses animais.

Parágrafo único O disposto neste artigo não se aplica aos cães adestrados que estejam a serviço de deficientes visuais.

Art. 3º Poderão ser colocadas placas de advertência nos logradouros e áreas de lazer e esporte do Estado orientando os cidadãos sobre o conteúdo desta Lei.

Art. 4º A inobservância de quaisquer dos critérios aplicados na presente legislação ensejará uma multa de R\$ 190,00 (cento e noventa reais), por animal, a critério da discricionariedade da autoridade administrativa.

Art. 5º Fica revogada a Lei nº 48 de 3 de maio de 2000.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 14 de julho de 2020.

  
**JOANA DARC**  
Deputada Estadual – PL



**PODER LEGISLATIVO**  
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
 ESTADO DO AMAZONAS  
**JUSTIFICATIVA**

Senhores Deputados e Deputadas, o presente Projeto de Lei trata sobre a permanência e circulação de animais nas áreas de lazer, esporte e logradouros públicos, no Estado do Amazonas, em condições apropriadas de alojamento, alimentação, saúde, higiene e bem-estar.

Conforme disposto no artigo 23 da Constituição Federal, "é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios preservar as florestas, a fauna e a flora". Ainda, o artigo 24 estabelece que "compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição".

A matéria tratada neste projeto de lei é de Competência Comum entre os entes federativos da Constituição da República, quando assume que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Esta carta constitucional impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Este projeto de lei vem de encontro aos ditames constitucionais, convencionais e legais, cumprindo-os e concretizando-os, pois é necessário se regularizar a situação dos animais da fauna doméstica nos parques e praças públicas, que vem causando divergências em parques e praças estaduais, além de em logradouros públicos.

Por todo o exposto e na certeza do cumprimento do dever desta Augusta Casa Legislativa, peço a aprovação deste Projeto de Lei.

PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 14 de julho de 2020.

  
**JOANA DARC**  
 Deputada Estadual – PL